

ABERTURA POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: OS EFEITOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO NO MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM SERGIPE

Bergson Morais Vieira¹

RESUMO: Os movimentos sociais em defesa do meio ambiente passaram a fazer parte de discussões no âmbito nacional brasileiro a partir da década de 1970, influenciados, sobretudo, por apelos internacionais, à exemplo da Conferência de Estocolmo (1972) e da consolidação de grupos ambientalistas engajados politicamente e em ONGs específicas (PÁDUA, 1991). No Brasil, a estrutura política da época em que estava em voga esses eventos criava limitações aos movimentos sociais, ao mesmo passo em que o fim desse período permitia o surgimento de uma nova relação entre movimentos sociais, partidos políticos e agências públicas, caracterizando um fenômeno que foi muitas vezes chamado de cooptação (DAGNINO, 2004). Se inserindo numa problemática que discute a relação entre a conjuntura política e social, e seus efeitos sobre o funcionamento dos movimentos sociais, o presente trabalho busca compreender quais os caminhos que o movimento ambientalista tomou em Sergipe após a redemocratização. Para dar conta disso, o trabalho analisou as questões acima identificadas a partir do caso do Movimento Popular Ecológico (MOPEC). A metodologia utilizada partiu de entrevistas e questionários, através de um mapeamento prévio dos agentes envolvidos nesse movimento durante o período considerado.

43

PALAVRAS-CHAVE: Redemocratização; Ambientalismo; Cooptação; Dinâmica de Ação; MOPEC.

INTRODUÇÃO

A temática ambiental obteve relativa ascensão a partir de grandes movimentos sociais (Maio de 1968 e a Conferência de Estocolmo, mais especificamente) que culminaram em mudanças ideológicas e institucionais no que se refere à questão ambiental no cenário mundial, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Esses movimentos passaram a exercer importante papel na consolidação de demandas em defesa da questão ambiental. No Brasil, o processo de defesa e institucionalização das causas ambientais se intensificou quase que simultaneamente com o processo de

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Sociologia pela mesma universidade e licenciado em História pela Faculdade União das Américas (2009).

redemocratização, a partir de 1985, e com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992, no Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2012).

O envolvimento tardio do Brasil nas demandas ambientais estava intimamente ligado a conjuntura política que marcou os 21 anos do período militar², que interferiu sobremaneira na dinâmica de ação do movimento ambientalista, na medida em que impedia maiores envolvimento da sociedade civil, bem como a institucionalização desses e de outros³ movimentos sociais.

O trabalho ora exposto resulta da tentativa inicial durante o mestrado em Sociologia de analisar os caminhos que o movimento ambientalista tomou após a redemocratização. Na ocasião, havia uma tentativa do pesquisador analisar a existência ou não, de uma relação entre atores ligados ao movimento ambientalista e a formação do Partido Verde (PV) seccional Sergipe. Esse pressuposto estava sendo influenciado por parte da literatura que destacava casos em que determinados atores se encontravam vinculados a diversas formas de militância, caracterizando o que alguns autores chamariam de militâncias múltiplas (COMBES, 2009; SIMÉANT, 2003), e de trabalhos que lidavam particularmente com o caso do PV e que sinalizam para a existência de uma relação estreita entre movimento ambientalista e a criação desse partido em outros Estados brasileiros (SANTOS, 2008).

Apesar desse esforço inicial, o que se observou empiricamente foi pouca ou nenhuma relação entre ambos (movimento e partido), o que gerou outro questionamento que naquele momento não poderia ser mais investigado: Quais os caminhos que o movimento ambientalista tomou em Sergipe após a redemocratização? E quais as influências que a estrutura política e social exerce sobre o funcionamento desse movimento? Para dar conta dessas questões, foi analisado as circunstâncias que conduziram à criação do Movimento Popular Ecológico (MOPEC) entre finais da década de 1980 e início da década seguinte.

² O período militar no Brasil foi instaurado em 1 de abril de 1964 e durou até 15 de março de 1985. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar, que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito. Apesar das promessas iniciais de uma intervenção breve, a ditadura militar durou 21 anos. Esse regime teve fim quando José Sarney assumiu a presidência, dando início ao período conhecido redemocratização. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime_militar_no_Brasil, visualizado em 24/09/2014 às 22h:50min.

³ Estamos apontando para uma forma de mobilização atrelada a lutas de cunho pacifistas, por direitos civis, estilos de vida, igualdade étnica e de gênero, e caracterizado por motivações racionais (ALONSO, 2009).

Alguns textos que debatem a questão ambiental salientam a importância dos anos 1980 como marco do aparecimento de novas modalidades de militância na defesa de causas ambientais, as quais se distinguem, entre outros fatores, pela ruptura em relação às práticas militantes que predominavam no período anterior (OLIVEIRA, 2008a). Ainda para Oliveira (2008a, p. 751), “uma das principais transformações que tem sido salientada é a tendência geral de institucionalização da ação associativa a fim de regularizar seu acesso aos espaços e processos formais de produção de políticas públicas, além de profissionalizar seus integrantes e suas atividades”. Ou seja, os anos de 1980 testemunharam uma nova modalidade de militantes, os quais vislumbrados com as tendências advindas do “mercado político” passaram a se envolver com agências públicas, de modo que a “participação regular das associações ambientalistas em instâncias formais de proteção ambiental⁴” se tornou algo bastante presente entre esses militantes. Ao que parece essa não era uma tendência restrita ao Brasil, em seu texto, Trevisol (2007) argumenta que, “os anos 80 passou a sintetizar a revolução no associativismo civil em escala planetária, especialmente a expansão das organizações ligadas aos direitos humanos, gênero, questões indígenas, meio ambiente, biodiversidade, educação, assistência humanitária, combate à pobreza e tantas outras”⁵, enquanto nos anos 1990, foi empregado para nomear o “terceiro setor”, o fenômeno ONGs e, especialmente, as redes e as interações locais e globais entre os movimentos e as organizações sociais.

Com base no que estamos apresentando até o momento, a hipótese da qual se vale o presente texto é a de que, o contexto político denominado como de “abertura política” e de “redemocratização” constituiu um marco do aparecimento de novas modalidades de ação coletiva na defesa de causas ambientais, entre as quais a institucionalização através de ONGs específicas. Paralelo a essas modificações destaca-se também o deslocamento da causa ambiental para outras partes do país, entre as quais o Nordeste. Isto é, a criação do MOPEC relaciona-se a uma dinâmica mais ampla ligada às transformações no contexto político, bem como da expansão de entidades ecológicas e de manifestações ambientais – que durante muito tempo esteve presente com maior força no Sul e no

⁴ Idem, p. 751.

⁵ Cf. Trevisol, Op. Cit., p. 35.

Sudeste – a partir das décadas de 1980 e 1990 para outras regiões do país (DOMINGUES, 2010; FELIZOLA, 2012b; FREITAS, 2006; SENA, OLIVEIRA e CHACON, 2007).

Em artigo que trata de uma problemática semelhante, Oliveira (2009, p. 227), salienta também significativas transformações nas bases sociais do ativismo ambiental ou mais especificamente nos tipos de recursos e respectivos vínculos que conduzem à defesa de causas ambientais. Para o autor, passou a existir uma clivagem dentro desse movimento, colocando de um lado, um militantismo composto por lideranças com origens sociais elevadas, estreitamente ligados às elites econômicas, militares, políticas e culturais, dotadas de disposições cosmopolitas adquiridas no universo familiar e reforçadas por meio de sua inserção na esfera internacional e; do outro, um militantismo caracterizado pelo ingresso de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, predominantemente vinculados a organizações estudantis, partidárias e “movimentos sociais” diversificados e que são os principais protagonistas da aproximação entre as questões ambientais e as lutas sociais e políticas que agitavam o contexto político nacional naquele momento.

Os argumentos apresentados demonstram que a análise do movimento ambientalista permite instrumentalizar um debate mais geral ligado aos efeitos que as transformações políticas e sociais vividas no Brasil na década de 1980 tiveram sobre os movimentos sociais. Bem como, analisar os efeitos da abertura política e o reestabelecimento da democracia na década seguinte sob a institucionalização desse e de outros movimentos sociais.

46

ABERTURA POLÍTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL E EM SERGIPE.

Desde o final da década de 1960 surgem novos modelos de ação coletiva, os quais estariam desvinculados das lutas pelo poder e contra o Estado (ALONSO, 2009). Esses movimentos demonstravam outras estratégias de mobilização, outros ingredientes, bem como novas formas de contestação. Tais estratégias representavam uma forma de mobilização atrelada à lutas de cunho pacifistas, por direitos civis, estilos de vida, igualdade étnica e de gênero, e caracterizado por motivações racionais. Ou seja, o aumento dos movimentos sociais durante esse período não atingiu todos os tipos de militância, privilegiou-se causas globais ligadas à militância moral e altruísta (PASSY,

1998), que caracterizaria “os movimentos de defesa dos ‘sem’, o ‘altermundialismo’, as associações de proteção ao meio ambiente, ou as associações que atuam no setor humanitário em sentido amplo, polarizou mais a atenção do que a militância partidária, sindical ou profissional” (SAWICKI e SIMÉANT, 2011, p. 201).

O período militar vivido no Brasil nessa mesma época vinculado à ideia ufanista do “Brasil Grande”, e do “Ame-o ou deixe-o”, baseado em um modelo progressista de construções faraônicas agredia o meio ambiente, não demorando para entrar na agenda de diversos grupos ambientalistas no país, caracterizando uma tensão entre democracia e a ecologia. Segundo Viola (1987), essa tensão refletiu direto no movimento ecologista através de clivagem existente no seu interior entre os fundamentalistas e os realistas: enquanto os primeiros enfatizavam a pureza do movimento, com tendências a bloquear o diálogo entre o movimento e sociedade, os realistas por seu turno estavam mais preocupados com a extensão do movimento verde, a formação de um programa econômico de transição viável.

Além das demandas próprias daquele período, as mobilizações ambientalistas e as principais organizações que foram criadas até o início da década de 1970 estavam também voltadas para problemáticas relativamente antigas, algumas das quais remontam ao final do século XIX (OLIVEIRA, 2008a). Essa característica do movimento repercutia diretamente na manutenção das dinâmicas de ação do mesmo, na medida em que não se notavam grandes diferenças de continuidade entre esse “novo momento” do ambientalismo e o momento anterior. Para Oliveira (2009, p. 228), os anos 1970 se caracterizaram pelo aparecimento de novos repertórios de ação coletiva: ações de denúncia, de mobilização da opinião pública, organização de manifestações de rua e de campanhas de politização de diversos temas etc. A utilização de manifestações e de protestos públicos torna-se, nesse período, um dos principais instrumentos das lutas ambientais contra o acordo nuclear Brasil-Alemanha, a poluição em Cubatão, o desflorestamento da Amazônia, o uso abusivo de agrotóxicos, a destruição de parques naturais, a conservação de reservas e espécies em extinção, entre outras.

Em sentido parecido, Loureiro e Pacheco (1995) argumentam que é somente nos anos 1970 que a questão ambiental emerge como uma “questão política” no Brasil, pois é a partir daí que ela passa a ser integrada na “agenda dos problemas nacionais”, e os problemas ambientais começam a ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e

na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar de consciência ambiental no país.

Foi somente em finais da década de 1970 que se observou modificações mais substanciais das reivindicações e do potencial de mobilização em defesa de causas ambientais, em que o ambientalismo passava a atuar como importante esfera de politização de diferentes espaços. O fato é que o movimento ambientalista permitia a articulação de consensos e alianças entre os atores, grupos de interesse e conflitos existentes dentro deste cenário de disputas (LOUREIRO e PACHECO, 1995; OLIVEIRA, 2008a). Dito de outro modo, o movimento ambientalista estabelecia uma dinâmica de ação pouco agressiva ao Estado autoritário e esse caráter pouco ofensivo permitiu ao movimento uma maior articulação entre movimento e Estado. Nas palavras de Oliveira (2008a),

Na situação em pauta, não se apresentar como uma contestação política ao “regime autoritário” vigente no Brasil constitui, certamente, um dos aspectos que contribuiu para o sucesso inicial das mobilizações levadas adiante pelos “fundadores” das primeiras organizações ambientalistas. “Não éramos vistos como uma ameaça direta, como subversivos. Nosso discurso era político, mas era um conteúdo difícil de decifrar. Não estávamos falando contra o regime, falávamos contra todo um modelo” (OLIVEIRA, 2008a, p. 758).

48

No tocante ao posicionamento do movimento ambientalista, é apenas em meados de 1980 que este passa a se articular com outros movimentos sociais. A articulação entre diferentes movimentos causaria o que Tarrow (1994) chamou de “ciclo de protestos”, isto é, quando um grupo se vale das oportunidades políticas postas, mobiliza-se através de reivindicações próprias (por exemplo, o movimento negro que reivindica igualdade racial, movimento feminista que reivindica igualdade de gênero etc.), e se torna exemplo para demais grupos, passando a ser seguido por outros movimentos sociais ampliando as oportunidades políticas e somando forças contra um agente inimigo comum: neste caso e em outros o próprio Estado.

Dessa forma, assiste-se a uma grande ampliação das formas de participação social e política dos estudantes universitários em redes diversificadas de movimentos, partidos e outras organizações que se cruzam nas mobilizações pela “redemocratização”. Esse maior entrelaçamento de organizações diversificadas durante o processo de redemocratização favoreceu o surgimento de redes de liderança de diferentes

organizações e movimentos sociais extremamente interligadas e intensificou o “fenômeno da militância múltipla” (MISCHE, 1997 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 334).

O fato é que a efervescência de diversos movimentos sociais permitiu uma diversificação da dinâmica de ação dos movimentos sociais daquele período, o que segundo Dagnino (2004), permitiu com que “cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro”⁶. Iniciando um processo que foi muitas vezes chamado de cooptação, articulando uma nova forma de “participação que leva esses movimentos a se relacionarem mais diretamente com as agências públicas”⁷.

Apesar das circunstâncias apontarem para uma correlação maior entre movimentos e partidos políticos, o movimento ambientalista se comportou de forma diferente, tal como é enfatizado por Antuniassi (1989), que demonstra como no caso de São Paulo, o Partido Verde tenha surgido à revelia do movimento ambientalista. Fato este também observado em Sergipe. Tais considerações se revelam como um importante “fio condutor” para o trabalho ora exposto, na medida em que se busca entender, entre outras coisas, quais os caminhos o movimento ambientalista tomou após a abertura política no Brasil. Para Viola (1987), apesar das circunstâncias advindas do processo de redemocratização favorecerem a institucionalização de partidos políticos, tal como feito em outros movimentos, o movimento ambientalista se disseminaria progressivamente pela sociedade por meio de cinco setores específicos: 1 – ONGs ambientalistas; 2 – agências estatais de meio ambiente; 3 – movimentos sociais; 4 instituições científicas que pesquisam a problemática ambiental; 5 – empresariado⁸.

Nessa mesma direção, Loureiro e Pacheco (1995), apontam para a intensificação das instituições ligadas à área ambiental. Segundo esses autores:

Estabeleceu-se a Política Nacional do Meio Ambiente (1981) e surgiu o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (1985), que consolidaram estratégias e arranjos institucionais novos para a área ambiental. Criou-se, também, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), diretamente vinculado à Presidência da República e encarregado da formulação de políticas ambientais. Foram igualmente institucionalizados os conselhos ambientais estaduais e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), abrangendo o conjunto de instituições do governo ligadas à proteção ambiental. (LOUREIRO e PACHECO, 1995, p. 140).

⁶ Idem, p. 83.

⁷ Idem, p. 83.

⁸ Cf. Santos, Op. Cit., p. 135.

Assim, procedendo, esses argumentos nos permitem perceber com mais clareza os motivos geradores da diversificação do movimento ambientalista em Sergipe e as diversas formas como este vai atuar a partir da abertura política no Brasil. Felizola (2012), ao debater algumas das tipologias do ambientalismo estadual sinaliza para uma profunda relação entre o ambientalismo das ONGs, o ambientalismo governamental e o ambientalismo empresarial. Para o autor, uma das principais marcas do ambientalismo em Sergipe seria a forte influência de pactos políticos e agências públicas. Somados a essa influência marcante há também uma presença do que o autor chama de “ambientalismo científico” utilizado com mais força na criação de projetos de ONGs ambientais no Estado.

Ainda para Felizola (2012), o ambientalismo encontrado em Sergipe, enquanto sujeito dos novos movimentos sociais, “acaba sendo extremamente complexo e perpassa pela luta por espaços de cidadania, relacionados com o processo econômico e da tomada do poder político”⁹, levando os agentes ambientalistas (ligados à ONGs, movimentos sociais, grupos de interesse) a atuar em diversos cosmos de luta, partindo para discussões de etnia, ambiente, gênero, renda e, posteriormente, outros temas, não focando apenas o movimento ambiental como a sua “luta”.

Esse trabalho de Felizola (2012) apresenta uma diversidade de dados acerca do ambientalismo estadual, dados estes que nos permite mapear diferentes dinâmicas de ação desse movimento: de um lado, um ambientalismo que estabelece uma postura mais radical e crítica ao formato de Estado estabelecido e das políticas ambientais que o mesmo adota e; de outro lado, movimentos com forte vinculação à empresas privadas e com ONGs como alternativas de sobrevivência. Em se tratando do MOPEC, dentro das tipologias apresentadas pelo autor, é possível dizer que o movimento se insere mais no primeiro caso, o que veremos mais adiante.

Apesar de o movimento ambientalista estadual ter contribuído para formar lideranças importantes e com participação em eventos regionais e nacionais sobre a temática, “existe um problema de diminuição do próprio espaço de discussões públicas”¹⁰. Para o autor, tratava-se de um movimento esporádico, em que os atores

⁹ Ibidem, p. 174.

¹⁰ Idem, p. 174.

envolvidos só se reuniam para reivindicar questões pontuais, tendo sucesso ou não nessas reivindicações o movimento se dissipava, voltando a se reunir apenas quando surgissem outras demandas. Essa característica se deve a conflitos de diferentes grupos ligados ao próprio movimento.

CRIAÇÃO DO MOPEC E DINÂMICA DE AÇÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM SERGIPE NA DÉCADA DE 1980 E 1990.

Tamanha era a dificuldade de o movimento ambientalista encontrado em Sergipe se constituir enquanto sujeito dos movimentos sociais, que a primeira forma institucionalizada de defesa do meio ambiente inicia-se com a criação de um órgão estadual, a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), fundada em 1978. Essa instituição tinha como objetivo a elaboração e execução de políticas públicas. Foi caracterizada como uma Autarquia Estadual criada pela Lei nº 2.181, de 12 de outubro de 1978, que veio ser alterada pela Lei 5.057, de 07 de novembro de 2003, viabilizando a execução das políticas públicas estaduais relativas ao meio ambiente. Esse órgão detém a responsabilidade de operacionaliza, junto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a política governamental relativa ao meio ambiente, com melhoria da qualidade ambiental pelo gerenciamento dos recursos naturais do Estado de Sergipe e combate à poluição de qualquer natureza.

Chama atenção a intensificação de movimentos sociais e de ONGs relacionadas a dinâmica ambiental em Sergipe a partir da década de 1990, alguns autores apontam que essa ampliação se deve em consequência do desencadeamento das políticas neoliberais observadas naquele período no país (GOHN, 2003), bem como o deslocamento do eixo Sul e Sudeste de grupos preocupados com as questões ambientais. O fato é que os novos movimentos organizados surgem a partir de novas identidades sociais, ultrapassando o quadro institucional vigente, e exigindo o reconhecimento de categorias excluídas do jogo político e são, portanto, instrumentos de modificação deste jogo.

Segundo Felizola e Costa (2010), a partir dos anos 1990 observou-se uma intensificação do movimento ambiental em Sergipe, surgindo dezenas de organizações, algumas focadas em uma prática mais denunciativa, como foi o caso da Água é Vida, fundada em 1998 em Estância, litoral Sul sergipano. E outras ONGs mais “técnicas” como

é o caso da Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes (Sociedade Semear), fundada em 2001 em Aracaju.

Em Sergipe, no que se refere à esfera civil, destaca-se a Associação de Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA), fundada em 14 de abril de 1983, como uma das mais importantes associações de bairro e defesa da questão ambiental. Em matéria vinculada ao Jornal da Cidade¹¹, em sua chamada intitulada “*Os movimentos ambientalistas em Sergipe*”, enfatiza que na tentativa de resolver os problemas ambientais gerados por uma fábrica de cimento instalada em 1967 nas proximidades do bairro, a AMABA foi de fundamental importância, em conjunto com a paróquia São Judas Tadeu, para a denúncia dos problemas que a fábrica trouxe para a população de seu entorno.

Em 1983 foi fundada a Associação Sergipana de Proteção Ambiental (ASPAM)¹², a primeira ONG estritamente ambientalista de Sergipe (extinta em 2002). Desde a sua fundação a ASPAM teve forte vinculação com agências públicas e, conforme ia se gerindo a abertura política e, concomitantemente, o fim do bipartidarismo, essa organização passa a atuar também ligada à partidos políticos, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT). Seu fundador, Genival Nunes Silva, teve forte ligação com diversas lideranças desse partido o que lhe permitiu chegar a ocupar o posto de diretor da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), a partir dos anos 2000 quando o PT passa a ocupar o mais alto posto do executivo nacional e estadual.

Se no caso da ASPAM, as redes de relações criadas desde a década de 1980 permitiram a chegada a postos de comando na esfera estadual, o mesmo não se deve ao caso do MOPEC. Esse órgão surgiu a partir da vinculação entre grupos que participaram do Primeiro Encontro de Agentes de Projetos II, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e de líderes comunitários, em setembro de 1989. Nas palavras de Lisaldo Vieira, um dos fundadores do MOPEC: “após essa reunião, surgiu uma coordenação que foi composta principalmente por lideranças de comunidades de bairros, destacando-se representantes dos bairros São Conrado, Bairro América, Coroa do Meio, Augusto Franco, entre outros”¹³. Essa presença de lideranças comunitárias no movimento deveu-

¹¹ JORNAL DA CIDADE (<http://www2.jornaldacidade.net/>). Acessado em 06 de novembro de 2014.

¹² Segundo Felizola e Costa (2010; 2012a; 2012b), desde o início essa organização contava com a participação de professores da Universidade Federal de Sergipe- UFS e estudantes do curso de Biologia, o que trouxe um caráter científico para o movimento no Estado. A organização deixou de funcionar em 1998.

¹³ Essa entrevista foi realizada entre pesquisador e o agente citado em novembro de 2012.

se à própria proposta de inter-relacionar a questão social com a defesa do meio ambiente que foi estabelecida como princípio básico do MOPEC. Apesar de ter realizado ações populares no final da década de 1980, sua criação oficial foi somente em 1991, esse movimento se configuraria como o primeiro movimento popular ambiental do Estado¹⁴.

O trabalho do MOPEC no bairro São Conrado, em escolas e comunidades com problemas de ordem sócio-ambientais, começou a partir da articulação de um grupo de ambientalistas do local, denominado "SOS - São Conrado", que já desenvolvia uma luta ambientalista desde o início dos anos 1990, contra a poluição atmosférica oriunda de uma lagoa de estabilização existente no Distrito Industrial de Aracaju (DIA), localizada nas imediações do bairro. Além disso, havia também um transbordamento dos resíduos da referida lagoa que poluía grande extensão de mangues e do Rio Poxim, que servia a inúmeras famílias de pescadores da área. Somado à poluição, perdura uma acelerada destruição dos manguezais na área por aterros, desmate, poluição e até por lixeiras. A especulação imobiliária presente no bairro explora a população com altos aluguéis das casas erguidas nos aterros e ajuda a extinguir o manguezal diariamente. Em função disso, o setor da construção civil se tornaria um dos maiores desafetos do movimento.

53

Várias ações foram desenvolvidas pelo MOPEC junto ao grupo de base do bairro, era muito comum o uso de abaixo assinado e de denúncias na imprensa local, isso pode ser observado no caso do SOS – São Conrado, por exemplo, que foi entregue um abaixo assinado para a CODISE (Campanha de Desenvolvimento de Sergipe) no dia 22 de abril de 1990 (Dia da Terra), e no dia 22 de abril de 1991 ato em defesa dos manguezais, no dia 04 de junho de 1991, constantes denúncias na imprensa sobre a poluição no rio Poxim e da lagoa de Estabilização e reivindicações junto à prefeitura Municipal de Aracaju para melhorias nos serviços básicos no bairro como saneamento básico e calçamento das ruas¹⁵, caracterizaram algumas das estratégias de ação do movimento.

O movimento era mais ou menos assim, a gente se reunião pra reivindicar alguma coisa, passávamos a distribuir panfleto, fazer barulho, e tentar conscientizar a população de algum problema ambiental que aparecesse, quando resolvíamos aquele

¹⁴ Em matéria publicada no Jornal de Sergipe, no dia 22 de dezembro de 1990, o MOPEC fez uma manifestação em uma escola pública do Estado para lembrar a morte do ambientalista Chico Mendes, assassinado em 22 de dezembro de 1988. Essa foi a única manifestação registrada em jornais propostas por ONGs no Estado de Sergipe.

¹⁵ Alguns dados referente à história do MOPEC em Sergipe foram retirados do sítio eletrônico: <http://mopec.no.sapo.pt/historico.htm>, visualizado em 05 de agosto de 2014 às 19h:40min.

problema o movimento acabava, e só nos reuníamos novamente a partir de outra questão. (Entrevista com Lisaldo Vieira, realizada em novembro de 2012).

Felizola e Costa (2012b), apontam que os principais projetos desenvolvidos pelo MOPEC foram a “Defesa da Serra de Itabaiana, Manifestações contra a Orla de Atalaia, Manifestação contra a rodovia do Coco, Manifestação contra a destruição do mangue da Treze de Julho – Aracaju”¹⁶. Ainda para esses autores, no período da década de 1990 era possível vislumbrar dois tipos de ONGs ambientalistas em Sergipe, “de um lado se teria as ONGs que atuavam diretamente em movimentos populares, associações comunitárias, como é o caso da AMABA em Sergipe, de outro lado seria possível identificar as ONGs que buscavam criar uma identidade própria e buscar uma nova área de atuação”¹⁷, em se tratando do MOPEC, é possível dizer que o mesmo transita entre essas duas tipologias, ora muito vinculado à movimentos populares e associações comunitárias, ora procurando desenvolver uma identidade própria e a procura de novas áreas de atuação.

A principal liderança do MOPEC, desde a fundação até os dias atuais, é Lisaldo Vieira, funcionário público federal e exerce suas atividades laborais na UFS. Tem 58 anos e nas últimas duas décadas e meia está engajado em movimentos sociais de cunho ambientalista. Dentre os movimentos que participou está o SOS São Conrado, através do qual se colocou contrário às questões ambientais de caráter local (SILVA JUNIOR, 2007).

Lisaldo Vieira possui ensino médio, segundo o mesmo, sua gestão buscou dar um caráter menos acadêmico e mais ostensivo para o movimento, na interpretação dele isso foi conseguido através de passeatas, palestras em escolas locais, participação em debates públicos na câmara de vereadores dentre outras manifestações públicas. Essa característica faz com que o MOPEC se torne um movimento peculiar, na medida em que ao contrário do que é reforçado por parte da literatura corrente, que dá um peso considerável para o conhecimento técnico e/ou *expertise*¹⁸ no recrutamento e seleção de dirigentes ambientalistas, no caso em tela esse fator não parece ter muita importância. Há,

¹⁶ Idem, p. 327.

¹⁷ Ibidem, p. 327-328.

¹⁸ Alguns trabalhos têm destacado a importância da expertise (formação técnica e científica) no recrutamento e na seleção dos dirigentes ambientalistas, resultando o que Oliveira (2008b) identificou como constituição de uma categoria social que tem como um dos traços principais o fato de ser fortemente dotada em capital cultural, escolar, profissional e social. Para saber mais sobre esse assunto sugiro alguns trabalhos nacionais (OLIVEIRA, 2008b) e estrangeiros (LOCHARD e SIMONET, 2009; OLLITRAULT, 1996; GALLET, 2002; SAINTENY, 1999).

com efeito, um relativo peso nesse processo de seleção o tempo de dedicação nas questões defendidas pelo movimento, a entrega às causas ambientais, e o reconhecimento social como “um bom ambientalista”.

Apesar de a literatura dar um peso muito grande para a estrutura organizacional e para os recursos (financeiros, sobretudo) disponíveis pelos movimentos sociais (MCCARTHY, ZALD, 1977; McCARTHY, 1996; OLSON, 1999), e de a década de 1990 ter se configurado como um momento onde várias ONGs se estruturaram com recursos oriundos das mais diversas fontes em outras regiões brasileiras e do mundo, como é o caso da chegada das ONGs “multinacionais” como o *WWF* e o *Greenpeace*, observou-se que as ONGs ambientais de Sergipe (entre as quais o MOPEC) andavam na “contramão” desse processo, na medida em que não se notava uma estrutura organizacional e uma vinculação com entidades e grupos financiadores desses movimentos (ver quadro abaixo).

QUADRO I - ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM SERGIPE

Nome	Registro	Sede	Número de voluntários	Funcionários	Divisão de setores	Fonte de recursos
ASPAM	Sim	Sim	30	Nenhum	Três setores	Doações e projetos
MOPEC	Sim	Não	30	Nenhum	Três setores	Doação de projetos

Fonte: FELIZOLA, M.P.M.; COSTA, F. B. **O Ambientalismo em Sergipe- Um percurso histórico dos movimentos ambientais entre 1983-2011**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 4 N° 8, 2012a.

O quadro acima chama atenção para dois pontos, o primeiro diz respeito a inexistência de uma sede própria do MOPEC, diferente do que pode ser observado no caso da ASPAM. O segundo ponto tem a ver com a inexistência de funcionários e uma presença marcante de voluntários. Embora o MOPEC tenha realizado importantes articulações políticas, se inserindo em comitês, conselhos e sindicatos e trabalhado em questões importantes – tais como o fórum em Defesa da Grande Aracaju, Conselho Estadual do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Membro do Conselho Costa do Coqueirais –, chama atenção a baixa relação desse movimento com a iniciativa privada e com o Estado.

A atuação dessa organização foi mais focada na agitação da sociedade civil ficando mais perto das demandas reais da população, na medida em que nesse primeiro momento era claro que a função das organizações não estava como substitutas ou concorrentes das ações do Estado, mas como entidades capazes de criticar os caminhos (in)sustentáveis,

dando novas contribuições através de propostas reais para a política governamental e que possibilitariam mudanças sociais para as populações mais humildes. Com efeito, a baixa vinculação com agências financiadoras e mesmo com a estrutura do Estado se configurou como um obstáculo ao avanço de projetos mais “ambiciosos” ligados à área ambiental no Estado (FELIZOLA e COSTA, 2012b).

Apesar de haver uma tendência de lideranças dos movimentos sociais tentarem acesso à postos eletivos, é o caso de Lisaldo Vieira e Genival Nunes (líder as ASPAM) que tentaram na década de 1990 cargos de vereador na cidade de Aracaju, a falta de êxito desses objetivos levou todos os voluntários e diretores dos movimentos ambientalistas do Estado a continuarem exercendo as mesmas carreiras profissionais que exerciam antes da atuação nas ONGs (FELIZOLA e COSTA, 2012b). Segundo Felizola e Costa (2012b), “o senhor Genival Nunes da ASPAM continuou sendo professor de Biologia. O senhor Lizaldo do MOPEC continuou sendo servidor técnico da UFS e o senhor Palomares da ‘Água é Vida’ continuou sendo professor de Educação Física”¹⁹.

Outra variável que nos é plausível destacar é a existência ou não de articulação entre movimento ambientalista e partidos políticos, através do caso do MOPEC. Ao que parece, há uma relativa predisposição dos atores ligados aos movimentos sociais a atuarem também em partidos políticos, o que nos leva a vertentes de estudos que conjugam a relação entre ambos dentro daquilo que comumente ficou conhecido como fenômeno da militância múltipla (COMBES, 2009), o que torna as redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais extremamente interligadas; a transformação das estruturas das redes interpessoais e institucionais vinculadas a tais mobilizações. Ao que parece, há uma forte ligação de boa parte dos líderes de diferentes organizações ambientais com o PT, e no caso do MOPEC isso também é observável. Em entrevista Lisaldo Vieira quando perguntado sobre sua relação com o PT, afirma que “eu sempre gostei do PT, fui e ainda sou militante, mas não houve nunca oportunidade política para mim, já me candidatei sim para vereador, mas não consegui me eleger. Mas nunca usei da minha participação no MOPEC para poder ter vantagem política, nunca”²⁰.

Esse conjunto de informações ajudam a visualizar a posição do ambientalismo em Sergipe frente ao espaço político estadual, se por um lado, a relação entre movimento e

¹⁹ Idem, p. 165.

²⁰ Entrevista com Lisaldo Vieira, realizada em novembro de 2012.

política partidária seja uma tendência (ver quadro II), o mesmo não se pode dizer da relação entre movimento e política eleitoral. Ao que parece a política eleitoral e o envolvimento das lideranças do movimento com a mesma “soa” como uma cooptação, ou ainda como desvirtuação dos princípios defendidos pelo movimento. De modo que esse afastamento forçado (já que as tentativas de se eleger aconteceram) acabou servindo de discurso de “resistência” às pressões do aparelho estatal bem como das empresas de construção civil (grande financiadora de campanhas e um dos principais desafetos do movimento ambientalista estadual) de vários dirigentes de movimentos ambientalistas do Estado.

QUADRO II – ARRANJOS POLÍTICOS DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES AMBIENTAIS EM SERGIPE

Nome da instituição	Arranjos políticos
ASPAM	Ligação com o PT
MOPEC	Participação da fundação do PV depois forte ligação com o PT
PENSAR VERDE	Participação fundamental na criação do PV
ÁGUA É VIDA	PT E PV
SOCIEDADE SEMEAR	PT
INSTITUTO ÁRVORE	PT, DEM e PV

Fonte: FELIZOLA, M.P.M.; COSTA, F. B. **O Ambientalismo em Sergipe- Um percurso histórico dos movimentos ambientais entre 1983-2011**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 4 Nº 8, 2012a.

Enfim, em termos eletivos, embora como já relatado alguns ambientalistas começaram a tentar ganhar cargos eletivos, poucos parlamentares que usava a questão ambiental como plataforma eleitoral conseguiram êxito, é o caso de Marcelo Deda que, embora de maneira tímida seu discurso ia de encontro com algumas bandeiras levantadas pelos movimentos ambientalistas nas décadas de 1980 e 1990. Tal como já apresentado anteriormente, esse envolvimento de Marcelo Deda com o ambientalismo traria oportunidades para algumas lideranças ambientalistas quando este chegou ao posto de Governador do Estado (FELIZOLA e COSTA, 2012b).

É imprescindível frisar que, a partir do aumento da pressão ambiental, diversos atores sociais em outros Estados, e de forma mais tímida em Sergipe, começaram a ganhar espaço na mídia com seus discursos sensibilizantes das causas socioambientais. Forçando governos e instituições a aplicar medidas mais contundentes no tocante a preservação do meio ambiente. Na esfera acadêmica, por exemplo, recentemente foi implementado na Universidade Federal de Sergipe (UFS) o projeto de Coleta Seletiva, que faz parte do

Programa “UFS Ambiental”. O projeto permite a separação do lixo reciclável e não reciclável; após a separação, o lixo é encaminhado à Cooperativa de Catadores do Bairro Coqueiral. Defende que a comunidade universitária é “*detentora de responsabilidade social e ambiental*” (COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO – UFS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se mostrar aqui as relações existentes entre movimentos sociais, redemocratização e crescimento da causa ambiental. Para tanto, buscou-se compreender quais os caminhos que o movimento ambientalista tomou em Sergipe após a abertura política do país. Esse questionamento serviu de “fio condutor” e inseriu o trabalho em uma problemática que precisava conjugar, de um lado, as conjunturas políticas e sociais observadas nas décadas de 1980 e 1990 que permitiu o surgimento de partidos políticos, de ONGs e de movimentos sociais em todo o Brasil e, de outro lado, a expansão do movimento ambientalista para outras regiões do país, entre as quais, o Nordeste. O objeto empírico que permitiu debater essas questões, bem como testar as hipóteses indicadas no início do texto. Contudo, observou-se que, apesar de nossa hipótese estar ancorada em parte da literatura utilizada na feitura desse texto (DOMINGUES, 2010; FELIZOLA, 2012b; FREITAS, 2006; SENA, OLIVEIRA e CHACON, 2007), teve que ser agregado outros elementos que explicasse a criação do MOPEC, assim passamos a defender também que além dos fatores destacados, a criação desse movimento só foi possível mediante a existência de grupos ligados à questão ambiental em momento anterior a abertura política do país.

Em relação aos efeitos da abertura política na institucionalização do MOPEC, conclui-se que, se por um lado, as oportunidades advindas do mercado político permitiam a inserção de agentes ligados ao movimento ambientalista no Estado, favorecido por redes de relações criadas em períodos anteriores, por outro lado, percebeu-se um relativo peso da formação técnica no tocante ao acesso a esses espaços. Isso nos permitiu entender os motivos que levaram Genival Nunes a ocupação de postos de comando na ADEMA e posteriormente na Secretaria do Meio Ambiente, enquanto Lisaldo Vieira, líder do MOPEC e uma pessoa bastante reconhecida no meio pelo seu comprometimento com as causas ambientais não ter tido oportunidade igual. Em outras palavras, ainda que a passagem pela universidade não pareça um elemento fundamental para a ocupação de

postos de comando no MOPEC, ela é fundamental no que se refere a ocupação de cargos na esfera governamental.

Outra questão apresentada no texto diz respeito a importância da estrutura organizacional e financeira para o sucesso das ações dos movimentos ambientalistas em Sergipe. Observou-se que as ONGs ambientais de Sergipe (entre as quais o MOPEC) possuíam uma forma de ação própria, na qual os movimentos sociais se articulavam na “contramão” do que é apresentado por parte da literatura, que dá um peso muito grande para a estrutura organizacional no tocante sucesso das ações militantes (MCCARTHY, ZALD, 1977; McCARTHY, 1996; OLSON, 1999). A ausência de recursos financeiros e de estrutura organizacional observada em entidades como MOPEC e da ONG Água é Vida parece resultado de uma notória resistência às parcerias, e aos apoios institucionais e convênios interinstitucionais. Com isso, a manutenção do MOPEC se deve, sobretudo à doação de pessoas físicas.

A escolha do MOPEC enquanto objeto empírico nos permitiu identificar bem a realidade do movimento ambientalista em Sergipe. Essa ONG não possui sede própria e normalmente os encontros são realizados nas casas de membros, ou em lugares públicos. Isso nos permitiu entender a analogia feita no título do texto de Nascimento (2012) entre parte da música *Meu papagaio* de Chiko Queiroga e Antônio Rogério e o movimento ambientalista sergipano. Em termos práticos, observamos um movimento bastante incipiente, com claras dificuldades para continuar existindo, e cuja existência depende basicamente da ação e doações dos membros desses movimentos. Todavia, isso não significa que o movimento não funcione, contrário disso, o texto procurou mostrar que a lógica de funcionamento do movimento ambientalista de Sergipe é bastante própria e esta ligada a um caráter esporádico, em que os atores envolvidos se reúnem para reivindicar questões pontuais e, tendo sucesso ou não, o movimento se dissipava, voltando a se reunir apenas quando surgisse outras demandas. Um bom exemplo disso é a campanha feita, no início da década de 1990, pela AMABA contra a fábrica de cimentos Portland, a qual teve fundamental participação de pessoas ligadas ao MOPEC, na medida em que as reivindicações surtiam efeitos e a possibilidade da retirada da fábrica da região se tornava cada vez mais possível, o movimento ia se assentando até se dissipar de vez. Logo, ficou claro que essa forma de ação dispensava uma estrutura organizacional e burocrática fixa.

Por fim, a partir dos dados apresentados, nota-se que as mobilizações ambientais e a institucionalização desse movimento em Sergipe por meio de ONGs seguem a lógica nacional, porém sem a efetividade e o grande quantitativo de mobilizações que marcam o cenário brasileiro. São movimentos esporádicos e as ONGs ambientalistas quando vinculadas ao aparelho do Estado deixam de operar de modo incisivo contra a degradação ambiental, mas em contrapartida, as ONGs que não se envolvem diretamente com a esfera estadual estão fadadas ao ostracismo, a perda de força e a periferia dos movimentos sociais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- BARTHÉLÉMY, M. Le militantisme associatif. In: PERRINEAU, P. **L'engagement politique: déclin ou mutation?** Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. Cultura e Política. In: **A distinção crítica social do julgamento / Pierre Bourdieu: Tradução Daniela kern; Guilherme J. F. Teixeira.** – São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CABRAL, E.R. **Institucionalização da questão ambiental e exploração mineral no Pará e Minas Gerais: valorização da natureza e inversão da imagem da mineração?** In: Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 5, p. 27-45, 2006.
- COMBES, Hélène. **Pour une sociologie du multi-engagement: réflexion sur les relations partis-mouvements sociaux à partir du cas mexicain.** Sociologie et sociétés, vol. 41, n° 2, p. 161-188, 2009.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008** – 2. ed. / Conselho Nacional do Meio Ambiente. – Brasília: Conama, 2008.
- DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: Política e sociedade no Brasil** / Evelina Dagnino, (org.) Vários autores – São Paulo: brasiliense, 2004.
- DOMINGUES, S. C. **Movimentos ambientalistas no nordeste do Brasil: compreendendo a complexidade dos fundamentos e ações.** A Ideia, v. 67, p. 33-45, 2010.
- FELIZOLA, M.P.M.; COSTA, F. B. **A comunicação do movimento ambiental sergipano.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro Oeste - Goiânia – GO - De 27 à 29 de maio de 2010.
- _____. **O Ambientalismo em Sergipe- Um percurso histórico dos movimentos ambientais entre 1983-2011.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 4 Nº 8, 2012a.
- _____. **A atuação das ONGs ambientalistas na segunda “fase” do movimento ambiental em Sergipe (1993-1999).** Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade vol.2 n.1, jul - dez 2012b.

FELIZOLA, Matheus Pereira Mattos. **A trajetória dos movimentos socioambientais em Sergipe – Personagens, Instituições e Estratégias de Comunicação**. Tese de Doutorado em Sociologia, UFS-SE. Sergipe, 290 p. 2012.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. **O novo modelo de gestão urbana estratégica em Fortaleza: aumento das desigualdades sócio-ambientais**. Universitas. História (UNICEUB), v. 3, p. 01, 2006.

FRETEL, J. Habiter l'institution. Habitus, apprentissages et langages dans les institutions partisans. In: Lagroye (J.), Offerlé (M.), dir., **Sociologie des institutions**, Paris, Belin, 2011.

GALLET, G. L'expertise, outil de l'activisme environnemental chez Greenpeace France. In: HAMMAN, P.; MÉON, J-M. & VERRIER, B. (orgs.). **Discours savants, discours militants: mélange des genres**. Paris : Harmattan, p. 109-128, 2002.

GOHN, Maria da Gloria (org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003.

JORNAL DA CIDADE (<http://www2.jornaldacidade.net/>). Acessado em 06 de novembro de 2014.

LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silva. **Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-1992)**. Revista de Administração Pública, vol. 29, n. 4, Rio de Janeiro, out/dez, p. 137-153, 1995.

MCCARTHY, John D; ZALD, Mayer N. **Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory**. The American journal of sociology. Vol. 82, nº 6 (May, 1977) p. 1212-1241.

MCCARTHY, John D. adopt, adapt and invent opportunities and limits. In: **Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, mobilizing structures and Cultural Framings**. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1996. p. 205-220.

NASCIMENTO, Mayara Silva. **“Meu papagaio não tem asas não tem bico”: o movimento ambientalista em Sergipe**. XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e pré-ALAS Brasil – UFPI -, Teresina-PI, de 04 a 07 de setembro de 2012.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Gênese e Redefinição do Militantismo Ambientalista no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 3, p. 751-777, 2008a.

_____. **Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167- 186, jun. 2008b.

_____. **Abertura política, militância múltipla e protestos públicos em defesa de causas ambientais**. CADERNOS CERU, série 2, v. 20, n. 1, p. 223-239, 2009.

OLLITRAULT, S. **Science et militantisme: les transformations d'un échange circulaire. Le cas de l'écologie française**. Politix, Paris, n. 36, p. 141-162, 1996.

OLSON, Mancur Jr. **A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999 (1965).

PÁDUA, José Augusto. **“O Nascimento da Política Verde no Brasil: Fatores Exógenos e Endógenos”**. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, p. 190-216, 1991.

PASSY, Florence. **L' Action Altruiste. Contraintes et opportunités de l'engagemente dans lês mouvements sociaux**. Paris-Genève, Droz, Cap. II e VII, 1998.

SAINTENY, Guillaume. **Logiques d'engagement et logiques de rétribution au sein de l'écologisme français.** Cahiers Internationaux de Sociologie. Volume CVI, Jan-Jun. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

SANTOS, Adriana Vitória dos. **A institucionalização do movimento ambientalista: Um estudo da formação do Partido Verde no Brasil.** Dissertação de Mestrado, PUC-SP. São Paulo, 135p., 2008.

SENA, A. M. C; OLIVEIRA, F. C.; CHACON, Suely. S. **Vozes sem eco entoadas do Nordeste do Brasil: Construtos de Resistência à Degradação Ambiental.** In: VII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Fortaleza, 2007.

SILVA JÚNIOR, Fernando Ferreira da. **As memórias de lutas por um sonho ecológico: um estudo acerca das lideranças ambientalistas em Sergipe: os casos do MOPEC e ASPAM (1972 – 2002)** / Fernando Ferreira da Silva Júnior, Dissertação de Mestrado, UFS-SE. São Cristóvão, 2007.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez, p. 200-255, 2011.

SIMÉANT, J. Un humanitaire 'apolitique'? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (Dir.) **La politisation.** Paris: Belin, 2003.

SOUZA, Maria Erica Santana de. **Movimento Negro em Sergipe e política institucional: Um estudo a partir de carreiras de militantes negros.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFS-SE. Sergipe, 176p. 2012.